

CONCLUSÕES DA PRESIDÊNCIA

Observações preliminares

A Conferência Anual dos Presidentes dos Paramentos da União Europeia decorreu na Assembleia da República de Portugal, em Lisboa, de 19 a 21 de Junho de 2008. Participaram na Conferência os Presidentes, ou seus representantes, de 37 Câmaras parlamentares dos 27 Estados-Membros da União Europeia, e do Parlamento Europeu, bem como o Presidente da Comissão Europeia, o Primeiro-Ministro de Portugal e o Vice-Presidente do Parlamento Europeu. A Conferência contou ainda, com a presença dos Presidentes de dois países candidatos. As reuniões foram dirigidas pelo Presidente da Assembleia da República, Jaime Gama.

Pela primeira vez, a Conferência dos Presidentes foi dividida em duas partes. A primeira parte foi expressamente reservada aos Presidentes dos Paramentos dos Estados-Membros da União Europeia e do Parlamento Europeu, no sentido de se realizar uma troca directa de opiniões em ambiente informal. A segunda parte foi organizada de acordo com a estrutura tradicional da Conferência, na qual os Presidentes debateram as comunicações apresentadas sobre os diferentes pontos da agenda: O Processo de Ratificação do Tratado de Lisboa; O Reforço da Construção Europeia: Novas Responsabilidades dos Paramentos Nacionais e Parceria com o Parlamento Europeu; A Participação das Mulheres na Vida Política; As Novas Funcionalidades do IPEX; As Conclusões dos Grupos de Trabalho (Cooperação Interparlamentar e Assistência às Novas Democracias Emergentes); Os Desafios e Prioridades da Agenda Europeia; e As Conclusões e o Encerramento da Conferência.

O debate informal sobre o processo de ratificação do Tratado de Lisboa foi aberto pelo Presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, que promoveu o debate do tema pelos Presidentes.

O tema "*O Reforço da Construção Europeia: Novas Responsabilidades dos Paramentos Nacionais e Parceria com o Parlamento Europeu*" foi apresentado pelos seguintes oradores: o Presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, o Presidente da Assembleia Nacional da Eslovénia, France Cukjati e o Vice-Presidente do Parlamento Europeu, Manuel dos Santos.

O tema "*A Participação das Mulheres na Vida Política*" foi apresentado pela Presidente do Parlamento Austríaco, Barbara Prammer, e acompanhado pelas seguintes oradoras: a Presidente do Parlamento da Estónia, Ene Ergma, a Presidente da Assembleia Nacional da

Hungria, Katalin Szili, e a Presidente da Câmara dos Representantes da Holanda, Gerdi Verbeet.

O Presidente do Parlamento da Dinamarca, Thor Pedersen, apresentou as novas funcionalidades do IPEX.

O tema relacionado com as *Conclusões dos Grupos de Trabalho – Cooperação Interparlamentar e Assistência às Novas Democracias Emergentes* – foi apresentado pelo Presidente da Assembleia da República, Jaime Gama. Seguidamente, as novas Orientações para a Cooperação Interparlamentar na União Europeia foram adoptadas por consenso.

O último ponto da agenda, “*Desafios e Prioridades da Agenda Europeia*”, foi apresentado pelo Primeiro-Ministro de Portugal, José Sócrates, o Presidente da Assembleia Nacional de França, Bernard Accoyer e pelo Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso.

As Conclusões e o Encerramento da Conferência foram conduzidos pelo Presidente da Assembleia da República, Jaime Gama.

Conclusões da Presidência

Relativamente à primeira parte da Conferência – reunião informal¹ – os Presidentes tiveram a oportunidade de intervir num debate amplamente participado sobre o **processo de ratificação do Tratado de Lisboa**.

A primeira reunião informal entre os Presidentes dos Paramentos dos Estados-Membros da União Europeia e do Parlamento Europeu permitiu, assim, a troca de opiniões sobre o processo de ratificação do Tratado de Lisboa.

Os Presidentes trocaram pontos de vista sobre a actual situação do processo de ratificação do Tratado de Lisboa, mostrando o devido respeito pelo resultado do referendo irlandês, sublinhando a necessidade de uma abordagem comum para definir o futuro da União Europeia, e destacando a posição dos paramentos nacionais no desenvolvimento das relações com a União Europeia e os cidadãos.

¹ Esta parte da reunião foi reservada aos Presidentes dos Paramentos da União Europeia, seguindo o formato 1+1, i.e. apenas um Presidente e um membro da delegação (Secretário-Geral ou assessor).

Os Presidentes relembrouam que o objectivo do Tratado de Lisboa é ajudar uma União alargada a agir de uma forma mais eficiente e democrática. E referiram que os parlamentos de 19 Estados-Membros ratificaram o Tratado e que o processo de ratificação irá continuar noutros países.

Os Presidentes consideraram que o resultado deste exercício – reunião informal – foi bastante importante, dando-lhes a oportunidade de se expressar e de trocar directamente opiniões sobre os principais temas das actuais agendas europeia e mundial.

O Reforço da Construção Europeia: Novas Responsabilidades dos Paramentos Nacionais e Parceria com o Parlamento Europeu

Os Presidentes congratulam-se com um papel reforçado dos parlamentos nacionais no que diz respeito aos assuntos europeus, quer a nível europeu, quer a nível nacional, o que permite um envolvimento mais forte no processo de tomada de decisões da UE, sublinhando, no entanto, que compete aos parlamentos nacionais, individual e colectivamente, assegurar a plena utilização dos seus direitos, na tentativa de ir ao encontro do melhor interesse dos cidadãos.

Tendo em consideração o Tratado de Lisboa, «*Os Paramentos Nacionais contribuem activamente para o bom funcionamento da União*» (Art.º 12º do TUE), este «*encoraja um maior envolvimento dos Paramentos Nacionais nas actividades da União Europeia*» (PRPN) e «*reforça as suas capacidades de expressarem os seus pontos de vista*» (PRNP).

As novas responsabilidades dos parlamentos nacionais no âmbito do Tratado de Lisboa foram apresentadas da seguinte forma:

1. O acesso mais amplo à informação;
2. A participação nos procedimentos de Informação/ Comunicação/ Notificação da UE;
3. A participação nos mecanismos de avaliação e de controlo (por exemplo, Europol e Eurojust);
4. O controlo do princípio da subsidiariedade (prazo de oito semanas para o mecanismo de alerta prévio);
5. A cooperação interparlamentar.

Os desenvolvimentos recentes relativos aos parlamentos nacionais, nomeadamente o mecanismo de transmissão das propostas da Comissão Europeia aos parlamentos nacionais, permitem não só reforçar o seu papel ao nível da cultura institucional europeia, mas também proporcionar uma oportunidade de desenvolver os seus sistemas de escrutínio parlamentar sobre as iniciativas – legislativas e não legislativas – europeias

e, por isso, tornar mais efectiva a cooperação entre os parlamentos nacionais – principalmente através do IPEX, da COSAC e dos representantes permanentes dos parlamentos nacionais em Bruxelas – de modo a atingir objectivos comuns.

Os Presidentes encorajam a Comissão Europeia a prosseguir o processo de transmissão das iniciativas europeias e dos documentos de consulta aos parlamentos nacionais e saúdam os esforços da Comissão para responder às questões submetidas pelos parlamentos nacionais (na sequência dos seus esforços em matéria de escrutínio) e para ter em consideração as suas opiniões sobre a formulação de políticas futuras.

Os Presidentes congratulam-se com uma participação mais directa dos cidadãos europeus no processo de tomada de decisão da União Europeia, nomeadamente através dos seus representantes directos nos parlamentos nacionais, e estimam que o reforço do papel do Parlamento Europeu enquanto co-legislador, como previsto no Tratado de Lisboa, pode também contribuir para uma maior transparência e legitimidade democrática das decisões tomadas ao nível da União Europeia.

Os Presidentes debateram a proposta dos Presidentes dos Paramentos da Eslovénia e da Itália de criar um grupo de trabalho sobre a implementação das disposições relativas ao papel dos parlamentos nacionais previstas no Tratado de Lisboa. Uma vez que a COSAC já criou um grupo de trabalho sobre um tema semelhante, a Conferência dos Presidentes deve reflectir sobre as conclusões do GT da COSAC, no âmbito das Orientações de Haia revistas.

Os Presidentes, tendo em conta o trabalho do GT da COSAC, consideram apropriado que se dê início a uma reflexão comum sobre os critérios e procedimentos para a execução dos novos poderes atribuídos aos parlamentos nacionais pelo Tratado de Lisboa, de modo a implementá-los assim que o avançar do processo de ratificação o permitir. Assim, esperam que seja possível estabelecer um diálogo produtivo com as instituições europeias sobre estas matérias.

Os Presidentes tomaram nota da proposta do Presidente da Assembleia Nacional de França de promover, para os países que o desejem, a implementação antecipada do disposto no Tratado de Lisboa, que atribui novas responsabilidades aos parlamentos nacionais, e convidaram a Presidência Francesa a apresentar uma proposta sobre esta matéria na próxima Conferência dos Presidentes dos Paramentos da União Europeia, a realizar em Paris.

Os Presidentes apelaram ao trio de presidências – francesa, checa e sueca – no sentido de trabalhar em conjunto de modo a contribuir com melhores metodologias de trabalho para desenvolver a cooperação entre os parlamentos na União Europeia.

Os Presidentes tomaram igualmente nota da sugestão do Presidente do Parlamento Português de alterar a periodicidade da Conferência, a realizar semestralmente, de modo a seguir o ritmo da Presidência da UE.

A Participação das Mulheres na Vida Política

No decorrer da preparação da Conferência dos Presidentes dos Paramentos da União Europeia, a Assembleia da República elaborou um questionário sobre a “Participação das Mulheres na Vida Política”, de modo a avaliar o nível quantitativo e qualitativo da participação das mulheres na vida política nos Estados-Membros da União Europeia, no Parlamento Europeu e nos países candidatos, ao longo das duas últimas legislaturas. Todos os paramentos responderam ao questionário.

Os Presidentes concluem que, apesar de a Europa estar internacionalmente na vanguarda em termos de participação das mulheres na tomada de decisões políticas, ainda existe muito a fazer. É necessário reforçar a representação das mulheres em posições de liderança política. A igualdade de géneros deve ser um objectivo estabelecido de acordo com as políticas delineadas no roteiro da UE, apoiado por uma maior sensibilização e por um quadro legal. Aumentar a sensibilização relativamente ao *mainstreaming* de género pode contribuir para uma maior participação das mulheres na vida política.

A troca de informações iniciada ao longo desta Conferência pode ser utilizada como uma plataforma útil de avaliação.

IPEX

Os Presidentes reconhecem e saúdam o desenvolvimento da página da internet do IPEX, durante o seu segundo ano de existência. As novas funcionalidades, que permitem uma pesquisa avançada e uma subscrição, assim como as novas brochuras do IPEX, contendo informações sobre a base de dados, em todas as línguas oficiais da UE, são particularmente apreciadas.

Os Presidentes observam que a maioria dos paramentos nacionais actualiza com regularidade as suas páginas da internet relativamente ao escrutínio dos assuntos europeus realizado pelos seus paramentos.

De modo a assegurar que o IPEX melhora o seu papel enquanto ferramenta para a troca de informações em matéria de escrutínio parlamentar, especialmente no âmbito do

Tratado de Lisboa e do controlo da subsidiariedade e da aplicação do mecanismo de alerta prévio, os Presidentes:

- Encorajam os parlamentos nacionais a actualizar em tempo real as informações sobre o escrutínio parlamentar, informando-se mutuamente sobre as actividades de escrutínio relevantes realizadas durante o período das oito semanas. Além disso, os Presidentes encorajam os parlamentos nacionais a incluir resumos em inglês ou francês e em outras línguas, de decisões importantes, e relativos aos relevantes procedimentos de escrutínio internos adoptados;
- Solicitam ao Conselho do IPEX e aos representantes permanentes dos parlamentos nacionais em Bruxelas, juntamente com o Secretariado da COSAC, que desenvolva a cooperação e o diálogo no sentido de organizar melhores práticas que assegurem o fluxo de informação, em particular no que respeita ao mecanismo de subsidiariedade previsto no Tratado de Lisboa;
- Convidam a Comissão Europeia a disponibilizar logo que possível, para publicação no IPEX, os documentos com metadados relevantes, a data em que o prazo de oito semanas expira, assim como pareceres fundamentados dos parlamentos nacionais e as respectivas respostas da Comissão.
- Acolhem o Bundestag Alemão como membro do Conselho do IPEX, a partir de Setembro de 2008;

Os Presidentes agradecem aos Parlamentos da Dinamarca, da Itália, da Finlândia e da Suécia pelo financiamento do funcionário permanente do IPEX até final de 2008 e saúdam o apoio do Parlamento Europeu por ter providenciado as instalações necessárias ao acolhimento deste funcionário.

Os Presidentes agradecem às trinta e seis Câmaras Parlamentares² que já enviaram as suas cartas de intenção, comprometendo-se a participar no co-financiamento do funcionário permanente do IPEX e convidam todos os parlamentos nacionais a participar neste regime de co-financiamento. Os Presidentes reconhecem que o regime deve entrar em vigor a partir de Janeiro de 2009.

² Alemanha (Câmara Baixa), Áustria (Câmara Alta e Câmara Baixa), Bélgica (Câmara Alta e Câmara Baixa), Bulgária, Chipre, República Checa (Câmara Alta e Câmara Baixa), Dinamarca, Eslováquia, Eslovénia (Câmara Baixa), Espanha (Câmara Alta e Câmara Baixa), Finlândia, França (Câmara Alta e Câmara Baixa), Grécia, Holanda (Câmara Baixa), Hungria, Irlanda (Câmara Alta e Câmara Baixa), Itália (Câmara Alta e Câmara Baixa), Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Polónia (Câmara Alta e Câmara Baixa), Portugal, Reino Unido (Câmara Alta e Câmara Baixa), Roménia (Câmara Alta e Câmara Baixa) e Suécia.

A Cooperação Interparlamentar

A Conferência dos Presidentes felicita o trabalho do Grupo de Trabalho sobre Cooperação Interparlamentar, que concluiu os seus trabalhos sobre a nova versão das Orientações para a Cooperação Interparlamentar na União Europeia, aprovada por consenso. As novas orientações constituem uma ferramenta mais flexível, concisa e permanente, reflectindo os recentes desenvolvimentos da cooperação interparlamentar.

As novas orientações representam ainda o reforço do papel dos parlamentos nacionais, bem como uma mais-valia para o esforço de cooperação interparlamentar na UE, sobretudo tendo em consideração que os parlamentos nacionais são a fonte suprema de legitimidade democrática. A Conferência dos Presidentes considera que os parlamentos nacionais devem reforçar a sua coordenação, enquanto mantêm a sua autonomia durante a discussão de matérias de interesse comum, e que os esquemas de cooperação estabelecidos devem ser aprofundados.

Assistência aos Paramentos de Novas Democracias Emergentes

Os Presidentes apreciam os esforços envidados e os resultados alcançados pela Presidência Portuguesa na prossecução dos objectivos definidos na Conferência dos Presidentes em Bratislava, no que diz respeito ao desenvolvimento da cooperação entre os Paramentos da UE e os Paramentos das Novas Democracias Emergentes (NDE).

Os Presidentes salientam a necessidade de uma melhor cooperação entre os Paramentos da UE e a Comissão sobre as NDE, sobretudo no âmbito das iniciativas conduzidas pela Comissão Europeia, no sentido de providenciar assistência aos Paramentos de novas democracias emergentes.

Os Presidentes apreciam o apoio do IPEX relativamente ao trabalho desenvolvido no âmbito do projecto de assistência às NDE, em particular a publicação do relatório que inclui os ficheiros de recolha de dados dos parlamentos nacionais sobre Projectos e Programas de Assistência às NDE.

Os Presidentes aprovam a mudança do nome do Projecto das NDE para “Cooperação de Parlamento a Parlamento”.

A Presidência Portuguesa informará a Comissão Europeia sobre o estado actual dos progressos nesta matéria e solicitará, também, colaboração para a recolha e o

fornecimento recíprocos de informação, sobretudo no âmbito da troca de informações com os Paramentos da UE sobre programas, concursos públicos e pedidos de assistência parlamentar apresentados directamente aos paramentos nacionais.

Os Presidentes recomendam que a futura Presidência, com o apoio da *task force*:

- Continue a explorar, em conjunto com a Comissão Europeia, a possibilidade de melhorar a gestão e a participação dos paramentos nacionais nos actuais procedimentos e projectos de assistência financiados pelo Orçamento da UE;
- Continue a actualizar as informações dos paramentos nacionais sobre as actividades de assistência “de Parlamento a Parlamento”;
- Tome as medidas adequadas à manutenção e desenvolvimento de informações sobre esta matéria.

Os Desafios e Prioridades da Agenda Europeia

No contexto das intervenções realizadas, a Presidência identificou os seguintes desafios e prioridades para a União Europeia:

- Destacar o facto de a UE representar um importante pilar do sistema internacional e incentivar todos os dirigentes europeus a trabalhar em conjunto no sentido de reforçar o papel da UE na comunidade mundial de Estados;
- Apelar à defesa da paz, dos direitos fundamentais, da democracia e do Estado de Direito, incluindo o respeito pela lei internacional, da estabilidade e da prosperidade no mundo e apelar à UE para contribuir para a realização efectiva destes ideais;
- Salientar a necessidade de reforçar a segurança dos cidadãos europeus e do continente europeu, lutando contra o terrorismo, garantindo a solidariedade da UE ao nível da segurança energética, reforçando a Política Europeia de Segurança e de Defesa, a cooperação regional, a parceria de leste da UE, no âmbito da Política de Vizinhança da UE, e desenvolvendo o Processo de Barcelona: uma União para o Mediterrâneo;
- Salientar o facto de que o processo de negociação relativo ao alargamento deve prosseguir;
- Reconhecer a importância de uma área de liberdade, segurança e justiça, juntamente com os desafios e oportunidades apresentados pela abordagem

da UE à migração, do Espaço Schengen, bem como da estabilidade na Zona Euro, do desenvolvimento do crescimento e da competitividade (facilitando a criação de novos e melhores empregos), implementando a Estratégia de Lisboa e reforçando o mercado interno;

- Incentivar a UE a tomar uma posição de liderança em termos de defesa do desenvolvimento sustentável e da coesão social, bem como de luta contra a pobreza, fontes de energia alternativas, lutando contra as alterações climáticas e, ainda, livre circulação do conhecimento nas nossas sociedades.

Conclusões e Encerramento da Conferência

O Presidente do Parlamento Português encerrou a Conferência apresentando as Conclusões da Presidência.

A próxima Conferência dos Presidentes dos Paramentos da UE realiza-se em Paris, em Fevereiro de 2009, à qual se segue a Presidência sueca, em 2010.

Divulgação das Conclusões

Os Presidentes apelaram à Presidência Portuguesa para publicar as Conclusões da Presidência na página da internet da Conferência dos Presidentes e de as enviar ao Presidente da Comissão Europeia, ao Presidente em funções do Conselho e à Troika da COSAC.